

Reforma da Educação: Aspectos da realidade do Trabalho Docente

João dos Reis Silva Júnior*

Tânia Barbosa Martins**

Introdução

As mudanças nas formas de controle e regulação sociais na década de 1990 apresentam-se em categorias mais desenvolvidas e visíveis na atualidade, especialmente numa série de ações do governo federal com o objetivo de expansão do ensino superior. A educação a distância configura-se como uma das privilegiadas frentes da expansão da educação superior. Com base na literatura sociológica e educacional a discussão e a ênfase colocada na EaD nas instituições públicas estatais, que tem na Universidade Aberta do Brasil (UAB) a sua expressão mais acabada, se relaciona diretamente ao contexto de expansão do ensino superior por meio da reforma do aparelho do Estado.

Sob tal perspectiva parte-se da premissa de que a compreensão da realidade do trabalho docente na educação a distância só pode ser realizada de forma articulada à discussão sobre a Reforma do Estado regulada por um novo modelo de gestão. Ao refletir sobre esse processo é necessário tornar explícito o lugar do aparelho de Estado e das Universidades nesse projeto de sociedade. Portanto, o propósito é situar a educação a distância no contexto histórico das últimas décadas, considerando as implicações nas condições do trabalho docente¹, com especial atenção ao trabalho do tutor.

Reforma da Educação e repercussões na universidade pública na década de 1990

As principais transformações que permitem compreender o contexto atual das políticas públicas no Brasil e suas implicações no trabalho docente referem-se à década de 1980. Segundo Silva Júnior, Kato e Santos (2010) a década de 1980 apresentou uma série de

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos- UFSCar -São Carlos - SP – Brasil. E-mail: joaodosreissilvajr@gmail.com. Sala temática: Educação Superior

** Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos- UFSCar -São Carlos - SP – Brasil. E-mail: taniabmartins@yahoo.com.br. Sala temática: Educação Superior.

¹ Em conformidade com Daniel Mill (2006) ao nos referir ao trabalho docente na UAB consideramos o grupo de profissionais que compõem a equipe responsável pelo oferecimento dos cursos: coordenadores de curso, professores responsáveis pelas disciplinas, tutores virtuais e tutores presenciais.

contradições postas pelo intenso processo de redemocratização e por uma grave crise para a economia brasileira². A superação destas contradições resultou num processo de mudanças sociais produzidas durante a década de 1990 que se consolidou no governo de Fernando Henrique Cardoso e continuou, ainda que por diferentes formas, no governo de Luis Inácio Lula da Silva. As estratégias de solução destas crises centraram-se no fortalecimento do mercado por meio de desregulamentações nas diferentes esferas da economia; da privatização de empresas estatais; e abertura da economia com estímulo à concorrência necessária para garantir as regras do jogo capitalista (PAULANI, 2008, p.110).

Chesnais (1996) afirma que a nova fase de desenvolvimento do capitalismo que surge a partir da década de 1980 pode ser caracterizada como a “mundialização do capital”. Esse fenômeno figura-se na forma de produção e reprodução do capital em escala mundial com características específicas comparadas aos processos anteriores de expansão e desenvolvimento do capitalismo. De um lado, o capital atua particularmente por meio do Investimento Externo Direto (IED), por outro, pela concentração e centralização do capital em nível mundial sob controle e predomínio do capital financeiro. Nesse caso, o capital apresenta-se em seu caráter rentista e parasitário por desconectar-se da efetiva produção da riqueza material.

Na década de 1990 as políticas que se desenvolveram no Brasil seguiram o receituário neoliberal³ definidas no conjunto de medidas formuladas pelo **Consenso de Washington**⁴, as quais se articulam de modo preciso com o contexto de mundialização do capital. Desse modo, as operações processadas pelo Estado no setor produtivo promovem os interesses da dominação financeira com o desmonte das organizações e instituições que criam obstáculos à lógica de valorização do capital (PAULANI, 2008).

Conforme Silva Júnior e Sguissardi (2001, p. 27), Bresser Pereira, na condição de ministro do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE) no

² A crise que se instalou no Brasil na década de 1980 está diretamente relacionada a crise de acumulação do período do Estado de Bem- Estar social no nível mundial e do Estado desenvolvimentista na América Latina.

³ A gestão das idéias neoliberais está diretamente ligada à história do economista Friedrich Hayek, discípulo da “Escola Austríaca”. Segundo Paulani (2008, p.109) Hayek em 1947 toma a iniciativa de organizar uma reunião com intelectuais que compartilhavam de sua visão ideológica. A reunião aconteceu na Suíça, em Mont Pelerin, com o objetivo de discutir estratégias para combater o intervencionismo e as regulamentações aplicadas pelo Estado de bem-estar social. A finalidade era combater o Keynesianismo e preparar as bases para um novo capitalismo. O novo estado deveria adotar princípios de gestão sob orientação de políticas de liberalização e desregulamentação.

⁴ Segundo Fiori (1995, p. 233) em 1993 o Institute for International Economics de Washington sob a direção de Fred Bergsten, reuniu especialistas e representantes de vários países da Ásia, África e América Latina, em torno do documento escrito por John Williamson. O objetivo da reunião residia na discussão das circunstâncias mais favoráveis que poderiam resultar no apoio político para implantar um programa de estabilização em nível mundial. As conclusões foram formuladas num documento denominado *Consenso de Washington*.

governo de Fernando Henrique Cardoso, adotou mudanças significativas para reformar o aparelho de Estado brasileiro, pautado por um modelo de administração gerencial conforme o modelo empresarial capitalista (SILVA JÚNIOR e SGUISSARDI, 2001, p. 32). A principal mudança seria transformar as universidades estatais públicas, compreendidas no âmbito dos serviços não-exclusivos do Estado, em organizações sociais (fundações públicas de direito privado e propriedade pública não-estatal) a serem controladas por contrato de gestão. Com a mudança do modelo de gestão próprio do Estado e de seus serviços legitimou-se um espaço para as relações entre o Estado e entidades da sociedade civil, como as Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e o terceiro setor com a prestação de serviços à sociedade financiados pelo fundo público. Os serviços vistos como direitos sociais, que antes era de responsabilidade do Estado, passaram a ser regidos por um processo de mercantilização, consolidando-se em mais uma área lucrativa para o capital. Portanto, esse novo paradigma promoveu alterações relevantes nas instituições republicanas brasileiras. O Estado instaurou diferentes formas de contratação, regulação, avaliação e financiamento, baseados no ideário da economia de mercado.

Segundo Silva Júnior, Kato e Santos (2010) o compromisso assumido pelo Brasil no plano econômico e político foi seguido de inúmeros outros compromissos na esfera educacional⁵. Atualmente, observa-se claramente um processo de expansão das instituições de educação superior pública que flexibilizaram a estrutura da educação superior no país, rompendo com a garantia do princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão como parâmetros básicos da educação superior. Nesse processo, as políticas governamentais segmentaram a educação superior por meio do estímulo à expansão das matrículas e à diversificação das fontes para o financiamento institucional, naturalizando esse nível de ensino como serviço e restringindo a educação superior à função de ensino. Tal processo provoca mudanças na identidade e função social da universidade, com implicações para o trabalho docente (SILVA JÚNIOR e SGUISSARDI, 2001).

No âmbito educacional foram tomadas medidas conforme os novos desafios postos pelo capital. A intenção é, conforme documentos oficiais, formar profissionais flexíveis com base na noção de competências e com propostas pedagógicas que vão além das metodologias

⁵ Na esfera educacional destacam-se os documentos: a Declaração mundial sobre a educação para todos, de Jomtien e a declaração de Nova Delhi. Esses documentos desencadearam um amplo movimento reformista mundial que resultou no Brasil: no Plano Nacional de Educação na esfera educacional e no Planejamento Político Estratégico no âmbito executivo. Consultar: Silva Júnior; Kato e Santos (2010).

tradicionais (REUNI, 2007, p. 8). É nesse contexto que a educação a distância (EAD) com base num aparato jurídico consolida-se com a Universidade Aberta do Brasil⁶ (UAB).

Aspectos da realidade do trabalho do tutor na Universidade Pública Brasileira

Apesar dos intensos debates sobre a profissionalização do trabalho docente divulgados desde a década de 1970, a expansão acelerada do ensino superior no contexto de Reforma do Estado apresenta sérias consequências em relação à valorização dos profissionais da educação como o produtivismo acadêmico; o aligeiramento da formação docente; o rebaixamento dos salários; a substituição dos concursos públicos e os contratos precários de trabalho docente; a criação dos Institutos Superiores de Educação; a dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Sguissardi e Silva Júnior (2009) ao analisar a educação superior na região sudeste: a evolução do número de instituições, cursos, matrículas, regime de trabalho, etc., considerando o período de 1995 e 2005, demonstra que a evolução do total de funções docentes, de 87% no período é expressivamente menor do que o aumento das matrículas, de 111,1% no período, e dos cursos, que foi de 182%. (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 70). Os dados indicam uma tendência a ampliar a relação professor-aluno, conseqüentemente, de intensificação do trabalho docente, visto que mudanças foram introduzidas, desde o início da década de 1990, para que a universidade por meio do trabalho docente se ajuste às demandas do mercado. Especificamente, em relação ao trabalho do professor-pesquisador verifica-se também acentuada exigência externa, por meio de órgãos de fomento e de avaliação de pesquisa, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que forçam os pesquisadores a se inserirem na cultura produtivista própria do mercado (SGUISSARDI;

⁶ A UAB criada pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, apresenta-se como “um sistema voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país” (BRASIL, 2006). Foi idealizada no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação em 2005. É um programa da Diretoria de Educação a Distância (DED) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) em parceria com a Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC). O Fórum foi coordenado pelo ministro chefe da casa civil, José Dirceu de Oliveira e Silva, com a participação de vários ministérios; de organizações científicas, acadêmicas, etc.; da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e de empresas estatais brasileiras como companhias de energias térmicas e hidrelétricas, infra-estruturas, bancos, processamento de dados, etc. Conforme o Fórum a proposta foi fortalecer as universidades públicas e simultaneamente atender às necessidades das empresas estatais, enfatizando o papel da educação no desenvolvimento econômico brasileiro (FÓRUM DAS ESTATAIS PELA EDUCAÇÃO, 2009).

SILVA JÚNIOR, 2009, p. 213). Desse modo, nos últimos anos, a questão da intensificação do trabalho docente permeia fortemente o trabalho docente.

No trabalho dos tutores na UAB verifica-se também essa tendência. A questão da intensificação do trabalho, ampliação das exigências de produção, flexibilização das relações de trabalho, contratos temporários, falta de estabilidade, enfim, a desvalorização do trabalho docente são questões vivenciadas pelos trabalhadores da UAB. Mill (2006, p. 130) aponta que o trabalho realizado em sistemas de EaD possui condições mais precárias que o realizado em instituições presenciais. Ressalta que o trabalho docente perde autonomia e se enfraquece frente aos movimentos de resistência à exploração da força de trabalho em face da flexibilização dos espaços e tempos na EaD.

É importante destacar que o pagamento dos professores e tutores na UAB ocorre sob a forma de bolsas e não compõem os proventos fixos dos professores. Isto configura a precarização e flexibilização das relações trabalhistas na universidade pública. As pesquisas elaboradas por Lefebvre revelam que 90% dos docentes da EaD afirmam ter mais de um emprego (Lefebvre, 2008, apud Tonegutti, 2010). Em geral, destaca-se grande rotatividade dos professores e tutores, os quais exercem o trabalho de modo casual, pois os ganhos salariais são, em média, baixos demais para garantir a principal fonte de renda da família. Os contratos de trabalho são temporários, de tempo parcial e em forma de bolsa. Esse tipo de contratação evita a criação de vínculo empregatício e a garantia dos benefícios de direito dos trabalhadores, como o 13º salário e férias, assim como não irá compor a base de cálculo para a aposentadoria. Desse modo, uma questão que se apresenta na UAB refere-se ao fato de que embora o tutor desenvolva atividades docentes, ele não é reconhecido como tal; não há uma legislação trabalhista adequada às especificidades para este trabalhador específico. O tutor é excluído da categoria professor sem direitos reconhecidos em termos de vínculo empregatício, carreira docente, etc., ou seja, não se tem precisamente a caracterização dos tutores como professores. Segundo Alonso (2010, p. 6) um dos problemas relacionados ao trabalho docente virtual é que “os tutores não tem profissionalmente reconhecimento social/econômico/empregatício compatível com suas atribuições, embora seja ele o responsável direto, na maioria dos sistemas constituídos na EaD, pelo atendimento mais próximo ao aluno”.

O tutor é o personagem central que tem uma função singular de fazer a mediação para o sucesso da comunidade virtual de aprendizagem. É o agente que deverá acompanhar o aluno durante todo o processo de ensino-aprendizagem, participar da avaliação dos alunos,

dispondo do conhecimento de quem são os alunos, como as tecnologias são empregadas no processo de ensino-aprendizagem, como dirigir os ambientes de aprendizagem. Conforme Mill (2006) são inúmeras as competências consideradas essenciais, tais como: ter abertura ao novo, ser adaptável, autogestor, colaborador, crente na EaD, gestor, multiplicador, prático, etc. Todavia, de um lado, a tendência que parece dominar é um tipo de representação, na qual identifica o tutor a um incentivador e não a um docente que domina o conteúdo e contribui para o avanço do conhecimento. Por outro lado, a UAB demanda um tipo de pedagogia que enfatiza a metodologia e não o conhecimento. A competência do tutor passa prioritariamente a ser determinada exteriormente pela capacidade de gerir bem o processo. As situações que caracterizam as atividades dos tutores se aproximam muito da perspectiva técnica. O tutor deve gerenciar eficazmente os recursos técnicos e humanos, dispondo de meios para motivar os alunos, inclusive, impedindo-os de se evadirem do curso; deve auxiliar aqueles alunos com dificuldade, propondo alternativas fundamentadas em diferentes mídias para que eles consigam avançar nas suas aprendizagens.

Ao analisar as concepções pedagógicas contemporâneas no Brasil baseadas na pedagogia do “aprender a aprender” e “pedagogia das competências”, Duarte (1998) conclui que essas pedagogias tornam secundário o conteúdo escolar e o conhecimento historicamente produzido pela sociedade, de modo a negligenciar no processo de ensino-aprendizagem o conhecimento e descaracterizar o papel do professor como agente mediador da cultura. Para esse autor, “cabe ao processo educativo dirigir o desenvolvimento psíquico do indivíduo e não caminhar a reboque de um desenvolvimento espontâneo e natural” (DUARTE, 1998, p. 3). Simultaneamente, “o professor não pode ser reduzido a um ‘animador’, a alguém que fornece condições para que o aluno construa por si mesmo o conhecimento” (DUARTE, 1998, p. 6). O ato educativo não deve valorizar as aprendizagens que o indivíduo realiza sozinho como qualitativamente superiores àquelas que o indivíduo realiza com a mediação do professor. Para Duarte (1998) a especificidade da educação reside em transmitir ao indivíduo aquilo que ele não é capaz de aprender por si mesmo. Desse modo, é um equívoco que a expansão do ensino superior apresente a modalidade de educação a distância como o modo mais eficiente de garantir o acesso aos jovens à formação inicial, uma modalidade de educação, que se caracteriza pelo controle do aprendizado ligado diretamente ao aluno.

Pela própria estrutura organizacional da UAB dificilmente se consegue trabalhar segundo o paradigma “sociointeracionista” como divulgado pelos defensores desse sistema. O trabalho docente na UAB se organiza de forma coletiva, mas fragmentado e em série. Uma

parte das tarefas educativas é realizada pelos professores, outra pelos tutores e existe ainda aquela realizada pelos próprios alunos com a mediação das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Em geral, em vez do trabalho em equipe, professores ficam responsáveis apenas pela elaboração dos cursos e os tutores acompanhando sua execução num ambiente virtual com inúmeros alunos (TONEGUTTI, 2010). Na mesma direção, Alonso (2010, p 5) relata que um sistema de educação, embora, dispondo do trabalho humano especializado, com um número extenso de alunos por tutor dificilmente sustentaria processos responsáveis que considerem as necessidades dos alunos.

Conforme a coordenação geral do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior- Andes-SN, a UAB representa uma das maiores ameaças à universidade brasileira; além disso, leva ao descrédito o próprio sentido do ensino superior a distância que funciona adequadamente em outros países, pois no Brasil a UAB não representa nem mesmo uma universidade no sentido pleno do termo, portanto, não se cogita em pesquisa e extensão.

A situação da UAB é, assim, totalmente diferente de projetos de “Universidades Abertas” constituídas pelos respectivos Poderes Públicos em vários outros países, à frente a “*Open University*” britânica, instituição que está se aproximando da marca de meio século de existência. Tanto ela, quanto a “*Universitat Oberta de Catalunya*” (UOC) colocam claramente que, enquanto universidades, se pautam pelo tripé “ensino-pesquisa-extensão”, embora realizem pesquisas mais voltadas à própria Educação a Distância. Ademais, ambas [as] universidades européias dispõem de corpo docente próprio. A catalã, de meados da década de [19]90, ainda está em plena fase de consolidação, conforme sua própria reitora, Imma Tubella; a UOC, fazendo parte do sistema catalão de universidades públicas, Acup, é considerada pelas demais universidades, todas presenciais, como um elemento complementar nesse sistema. (SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, 2007) (ANDES 2007)

A racionalidade produzida pela UAB deforma o trabalhador e o torna anômalo, pois o trabalho como condição principal de constituição do ser social, naquela condição, não o conduz à realização humana. Todas as atividades são padronizadas e parceladas sem oferecer margens ao trabalho docente criativo e inovador, submetendo a subjetividade, sociabilidade e identidade do trabalhador à realidade do trabalho virtual de ensino-aprendizagem. A atividade desenvolvida pelos trabalhadores virtuais tomou a forma de um sistema de produção baseada na racionalidade tecnológica e produtiva. Conforme exposto na página virtual da Secretaria de Educação a Distância (Seed):

As metas da Seed são, pois levar para a escola pública toda a contribuição que os métodos, técnicas e tecnologias de educação a distância podem prestar à construção de um **novo paradigma para a educação brasileira**. A Secretaria de Educação a Distância – Seed foi criada em dezembro de 1995, **coerente com a política global do MEC** de compromisso com a qualidade e equidade do ensino público, com a valorização do professor como agente fundamental no processo de ensino-aprendizagem e com o reconhecimento da escola como espaço privilegiado da atividade educacional⁷.

Com base nessa citação, pode-se destacar que o objetivo é criar um novo paradigma que tem nas TICs a nova racionalidade. Isso demonstra que o aumento da oferta de educação superior no Brasil deve ocorrer baseado num paradigma instrumental e pragmático atrelado a um sistema tecnológico. Toda a negatividade deste paradigma consiste em que se toma a racionalidade tecnológica do sistema técnico produzido pelas TICs e o põe como orientador do processo de formação humana. A Seed com suas ações e programas parece determinar uma grande mudança na esfera educacional em conformidade com a construção desse novo paradigma. Esse novo paradigma muda a identidade da instituição universitária e do trabalho docente, especificamente na UAB, instauram-se mudanças de várias ordens: avaliações, conteúdos e atividades são preestabelecidos sob a ótica da divisão das tarefas e da falta de autonomia do trabalho docente na UAB. As TICs ainda não possibilitam aos professores e tutores considerar a diversidade regional e local dos pólos, nem mesmo é possível de modo pleno ir ao encontro da diversidade dos alunos no que se referem a conhecimentos, aptidões, valores etc. Não há envolvimento direto subjetivo e afetivo com a diversidade dos alunos, simultaneamente, não há na UAB um ambiente acadêmico pleno de aprendizagens e trocas de experiências. Estudantes e professores não se encontram na mesma condição sócio-cultural no momento da prática educativa. A racionalidade instrumental preside tudo parecendo neste caso uma “Torre de Babel” e o sóciointeracionismo não tem lugar algum. Enfim, a racionalidade tecnológica e produtiva que orienta o trabalho do tutor na UAB transforma o trabalhador em mero apêndice das tecnologias.

As TICs modificam também a relação com o tempo e espaço no processo de trabalho do docente a distância na UAB, acarretando novas práticas pedagógicas, novos conteúdos do conhecimento, com implicações na formação do aluno. As tarefas realizadas pelos tutores são incrementadas, exigindo conhecimentos e competências relacionadas às TICs. Numa sociedade complexa marcada pelo desenvolvimento das TICs maiores são as exigências sobre os trabalhadores e mais complexas tornam-se as formas de exploração. Nessa lógica, esse

⁷ Texto disponível em: <<http://www.mec.gov.br/seed>>. Acesso em: 28 jun. 2002. Grifo nosso.

novo processo de trabalho docente na UAB com a mediação das TICs tem implicações nas relações sociais do trabalhador virtual e presencial, no processo de profissionalização, na intensificação, identidade, subjetividade e sociabilidade do trabalho dos tutores, portanto, na natureza de seu trabalho e na sua vida privada.

Considerações finais

Esse contexto histórico marcado pelos processos de diversificação e diferenciação da educação superior, que legitima a EAD e a institucionalização da UAB, tem afetado expressivamente o trabalho imaterial de professores e tutores na UAB. De um lado, a atividade desenvolvida por esses profissionais tomou a forma de um sistema de produção baseada na racionalidade tecnológica. O professor torna-se um trabalhador como outro qualquer. Por outro lado, a utilização das TICs reduzem as relações ao formalismo e normatização. Portanto, não se realiza a objetivação do trabalho na prática cotidiana, conseqüentemente, esvaeci o trabalho como princípio educativo.

Com base no que se expôs pode-se dizer que a educação a distância apresenta limites jurídico-institucionais na concretização plena do trabalho docente, além de apresentar sérias fragilidades relacionadas à valorização do docente. Destaca-se que o seu trabalho emerge de modo intensificado e precário. São inúmeras, complexas e diversas as atividades demandadas, principalmente, em relação ao trabalho dos tutores, extrapolando suas inerentes prerrogativas profissionais e os limites de tempo e espaço adequados ao trabalho com qualidade, além de não serem os tutores reconhecidos como professores. Instauram-se contratos de trabalho flexíveis na universidade pública estatal que se relacionam diretamente aos atuais processos produtivos que exigem trabalhadores flexíveis e passíveis diante da perda dos benefícios conquistados historicamente. Ao contrário do que estabelece as próprias diretrizes oficiais o que se mostra é um processo de valorização do professor que não se efetiva no trabalho do tutor na UAB.

Referências

ALONSO, Kátia Morosov. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: Dinâmicas e lugares. *Educação e Sociedade*. Vol. 31, nº 113, p. 1319-1335, dez. 2010

BRASIL. *Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006* - Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03_ato2004-2006/2006/decreto/D5800.htm. Acesso em 28 mar. 2010.

DUARTE, Newton. *Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar*. In: Cadernos CEDES. Campinas, v.19, n.44. abr. 1998.

FÓRUM DAS ESTATAIS PELA EDUCAÇÃO - *Diálogo para a Cidadania e Inclusão*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/texto.pdf>, acesso em 30 de mar. 2009.

FIORI, José Luis. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995.

FRANÇOIS, Chesnais. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1995.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; KATO, Fabíola Bouth Grello; SANTOS, Sílvia Alves dos. Políticas públicas para formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas. In: SOUZA, Dileno Dustan de; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FLORESTA, Maria das Graças Soares (org). *Educação a Distância: Diferentes abordagens Críticas*. São Paulo: Xamã, p. 13-31, 2010.

KIPNIS, Bernardo. Educação superior a distância no Brasil: tendências e perspectivas. In: LITTO, Fredic Michael; FORMIGA, Marcos Maciel. (org). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MILL, Daniel. *Educação a distância e trabalho docente virtual: sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na Idade Mídia*. Belo Horizonte. Programa de Pós-graduação em Educação/FAE. UFMG, 2006. Tese (Doutorado em Educação).

PAULANI, Leda. *Brasil delivery*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar; SILVA, Eduardo Pinto. Trabalho intensificado na universidade pública brasileira. In: *Universidade e Sociedade* (ANDES), Brasília, ano XIX, nº 45, janeiro de 2010.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *Novas Faces da Educação Superior no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2001.

_____, SGUISSARDI, Valdemar. *Trabalho Intensificado nas federais: Pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.

TONEGUTTI, Cláudio Antônio. Ensino a Distância no Brasil: aspectos da realidade para estudantes e docentes. In: *Universidade e Sociedade* (ANDES), Brasília. Ano XIX, nº 45, 61-71. jan. de 2010.

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: faz-se necessário denunciar o engodo. Disponível em: http://www.andes.org.br/univ_nova_engodo.htm, acesso em 30 de mar. 2009.